

2, 13.6.66

As equipes estaduais e diocesanas do MEB:

Paz! -

Ouvi, com a devida atenção, a leitura de todos os depoimentos que vocês enviaram à Secretaria Geral do MEB, relativamente à situação que o movimento está vivendo, atualmente.

Verificando que a carta por mim endereçada ao Snr. Ministro da Educação foi a causa primordial da tempestade que desabou sobre o C.D.N., sinto-me na obrigação de prestar-lhes os seguintes esclarecimentos:

- Tenho pelas pessoas e pelas cousas o mais profundo respeito.
- Tenho a mim mesmo o respeito que a consciência humana e cristã me inspira.
- Entendo, até certo ponto, todos os desabaços que acharam por bem de fazer, alguns deles inoportunos e desrespeitosos, a propósito da carta cujo corpo e espírito não conseguiram interpretar fielmente.
- A juventude, à procura de maturidade, mesmo dominada por ideais válidos, pode ser vítima de emoções contrariadas e presa de uma auto-suficiência que nem sempre é boa conselheira.
- Recebi a descarga elétrica, senti momentaneamente seus efeitos, mas depois, com relativa facilidade, me recuperei, emocionalmente.
- E, agora, no silêncio da noite, estou lhes escrevendo estas linhas.
- Permitam-me que, inicialmente, estranhe esse tipo de reação que tiveram e a precipitação que os empolgou, diante do fato.
- Se desejam ser tratados com respeito (o que é justo e necessário) por que não fizeram o mesmo comigo que, na pior das hipóteses, sou um irmão mais velho do que vocês?
- Por que, antes de promoverem o ataque rápido e coordenado, inclusive com detrimento de minha responsabilidade moral, não procuraram o caminho normal do diálogo e do esclarecimento?
- Por que, antes de ser lido, na reunião do C.D.N. o protesto coletivo contra a minha carta, não tiveram ao menos a delicadeza de prevenir-me, para que não fosse assaltado pela surpresa violenta?
- Em que ponto da carta existe uma ofensa pessoal ou um atentado à consciência profissional cristã?
- Vocês leram atentamente o documento? Não sentiram que procurei tratar o MEB com o respeito que merece? Que não foi feita qualquer afirmativa que pudesse atingir, substancialmente, a estrutura e a filosofia do MEB que a CNEB criou?
- Vocês, em sua consciência, podem negar que o texto - "Viver é lutar" - "encerra dificuldades de interpretação?"  
Tem ou não tem havido alguma em torno dessa cartilha?  
Concordam? Nesse caso, não há injúria, mesmo porque a carta não emite juízo sobre tal documento.  
É de considerar-se que eu pessoalmente não imaginei perfeito o texto, mesmo porque, pretendendo desenraizar o homem rural de uma estrutura inadequada não diz claramente o que vai acontecer depois.  
Esclareço ainda que esse meu pensamento é igual ao pensamento que alinhava no período de elaboração das cartilhas.

É fóra de dúvida que o C.D.N. o fez sair de circulação e não se consta que o tivesse feito apenas "ad tempus".

Quanto à revisão dos novos textos, trata-se de mera possibilidade que a transformar-se em realidade ensejaria um diálogo a que ninguém deve fugir.

- Vocês se irritaram com a afirmação de que "o MEB está empenhado, atualmente, em proceder a uma reestruturação do movimento, de sorte que chegue a descentralizar-se, convenientemente". Viram nessa afirmação o decreto de morte do MEB, e até fraqueza moral de quem a escreveu.

Aqui, peço licença para lançar o meu protesto contra a interpretação leviana que fizeram. Um movimento, por mais completo que seja, para julgar-se irreformável, precisaria possuir a perfeição essencial. Se a Igreja, como tal, que possui a assistência do Espírito Santo, humildemente se propõe a renovar-se, por que o MEB não pode admitir reestruturação? O orgulho intelectual é pior do que a ignorância humilde.

O que está escrito no item B da carta, quando se fala em reestruturação? Que seja gradativa e conveniente. Onde a injúria?

Onde se diz que a Executiva Nacional deve ser eliminada, pura e simplesmente?

A descentralização quer dizer, ipso facto, perda de unidade?

Esclareço a vocês que essa prometida reestruturação está na pauta do MEB, desde algum tempo. Verifiquem as atas da penúltima reunião do Conselho e encontrarão o problema como preocupação e estudo.

- Qual o destino do MEB?

Ficar com a responsabilidade exclusiva dos leigos?

Permanecer sob a responsabilidade direta da hierarquia, mas interpretado e executado por leigos?

Até onde deve chegar a responsabilidade de uns e de outros, na 2ª hipótese.

Quais têm sido as fontes maiores de fricções, de tensões, dentro do MEB? Como evitá-las? Como entrosar melhor o MEB com as Dioceses?

Como desfazer o excesso de presença do Nacional nas Estaduais, segundo o depoimento de vários Srs. Bispos?

Ainda nessa linha de considerações, não poderia o Nacional exercer as funções de coordenador do MEB, dando-se porém, mais personalidade aos sistemas estaduais e diocesanos, inclusive financeiramente?

Vocês acham que essas idéias são indignas e bárbaras e moralmente defeituosas?

Vejam, porém, que por respeito a todos vocês, a carta não disse como se faria essa reestruturação, embora já tivesse conhecimento da proposta apresentada por qualificado membro do C.D.N.

- A carta defende a existência de uma sede no Rio de Janeiro, e, entre os argumentos que poderia invocar, escolheu, pedagogicamente um, de caráter prático e intuitivo.

Vocês se insurgem contra isso e me tratam como se fosse inimigo do MEB.

- Vocês acharam um absurdo e uma ofensa o item D que, na carta fala da possibilidade da presença de um representante do MEC no MEB e ameaçam inclusive o fechamento de sistemas. E lhes respondo que essa afirmativa está incluída no Decreto Presidencial e faz parte das cláusulas dos aditivos que todos os anos se repetem, no Ministério da Educação. Como, na prática, esse representante jamais compareceu às reuniões do MEB, achei deveria declarar que nada teria a temer o Movimento com essa presença. Pelo contrário, está disposto a aceitá-la.

Não se trata, é evidente, de um fiscal do Ministério junto ao MEB, mas de um representante com quem se pudesse dialogar em alto nível.

O item E afirma a autonomia do MEB.

O item F diz o óbvio que mesmo assim mereceu críticas e censuras.

- Desejo declarar que a CNBB, como tal, não interferiu nesse caso do MEB. Nenhum de meus atos foi combinado com qualquer dos membros da Presidência ou da Comissão Central da CNBB. Se assinei na qualidade de vice-presidente foi porque imaginei daria maior cobertura ao MEB assinando, e ao MEC maior liberdade para expor os seus pontos de vista.
- Assumo inteira responsabilidade dos termos da carta, cujas idéias centrais, ainda não elaboradas definitivamente, foram lidas perante a direção executiva que fez algumas observações aceitas pelo redator, e cujo texto definitivo, simplificado e redigido com a colaboração do Presidente do C.D.N., foi explicado pormenorizadamente a D. Marina e a D. Vera, sem qualquer reação externa das mesmas, no momento.
- Faço-lhes desculpas pelo mau serviço que imaginei prestei ao Movimento. Declaro, porém, que fui insistentemente chamado a tratar do assunto e que tive de vencer-me a mim mesmo para atender ao convite, porque sabia ser tarefa delicadíssima.
- Comunico-lhes que antes de escrever a carta e quando senti a complexidade do problema, declarei ao MEB Nacional: 3 caninhos, nesta hora o MEB poderá seguir:
  - a) encerrar imediatamente suas relações com o Ministério
  - b) entrar na faixa da polêmica direta
  - c) tomar o caminho do diálogo com a dignidade que convém ao movimento, mas disposto a ceder algo que não importasse em sacrifício da causa e de seus objetivos essenciais.

A falta dos polemistas convictos e diante das circunstâncias vexatórias em que se encontrava o MEB, tentei a terceira via, preocupado mais em resolver a situação de 1966 do que o problema do MEB definitivamente.
- A carta que espontaneamente enderecei ao Sr. Ministro da Educação é um documento conciso que procurou guardar, na substância, uma linha de coerência. Enganam-se vocês quando supõem na minha pessoa insuficiente responsabilidade para tratar de assuntos sérios e graves. Jamais me curvei perante qualquer espécie de pressão. Jamais abandonei os leigos de minha Arquidiocese, na hora da provação. Mas, por outro lado, procurei orientá-los no sentido de que não se transformassem em instrumentos de inquietação e de antagonismo cego. Não se confinassem, confinando a Igreja a um determinado momento histórico.
- Em matéria de orientação para leigos, venho defendendo a tese de que há um princípio natural e sobrenatural de hierarquia na Igreja. Que todos os leigos não possuem as mesmas características nem a mesma vocação apostólica dentro do mundo. Que há um direito sagrado para o leigo, inclusive de fazer sua opção no temporal, e até um dever, contanto que suas idéias e atitudes se ajustem ao quadro geral da doutrina cristã. E porque esse direito de opção existe, o representante da hierarquia não somente pode gozar, pessoalmente, desse direito, como ainda, do ponto de vista pastoral, pode e, em certos momentos, deve saber respeitar outras opções de leigos que se julgam seguros de sua posição. E quando o cristão se engaja num movimento patrocinado diretamente pela hierarquia que resolve assumi-lo, claramente, deve compreender também a mentalidade pluralista reinante em nosso meio católico e não pretender exigir de seus Pastores tonadas de posição agressivas e tendentes a favorecer seus pontos de vista ideológicos, por mais respeitáveis que sejam, como se fossem os únicos verdadeiros.
- Sei da dedicação que vocês têm dado ao Movimento, colocando nêle alma e coração. Não desconheço os textos conciliares a respeito da consciência adulta dos leigos.

Lembro a vocês apenas que eu verdade, temos, na perspectiva da Igreja um problema de liderança e um problema de massa.

E não aceito aquela orientação que pretende transformar a Igreja num grupo privilegiado, porque todos os batizados e os não batizados devem merecer a nossa preocupação.

Devemos batalhar pelo crescimento espiritual de nossa Igreja. A fé infantil deve ceder lugar a uma fé consciente e amadurecida.

Os grupos de vanguarda, que também exercem papel importante na história eclesiástica e profana, no preparo dos grupos humanos e no lançamento das idéias de renovação, não podem fugir aos critérios de uma sábia dosagem pedagógica.

Não podemos agir como rolo compressor, mas como fermento de transformação.

- Finalizando essa longa conversa, preciso ainda comunicar-lhes que, senão meu pedido, o C.D.N. do MEB e a Comissão Central da CNBB tiveram conhecimento oficial desta resposta e, no episódio, hipotecaram unânime solidariedade ao seu autor.
- Mas o que mais me conforta é ter a convicção de que vocês, tão ardentes soldados da causa do MEB, não deixarão de ser firmes e dóceis, retos e compreensivos na interpretação dos problemas sociais e religiosos de nossa Pátria.

Que Deus os ilumine e que a fé, a esperança, a justiça e o amor os acompanhem nesta hora e sempre.

Em Cristo Jesus

*Dom Avelar Brandão Vilela*  
*Arcebispo de Teresina.*

Rio de Janeiro, 13 de Junho de 1966